



**Simulado de Direito Processual Penal
(CESPE/PC-GO/2017)**

01) O Código de Processo Penal normatiza o processamento das relações processuais penais em curso perante todos os juízos e tribunais brasileiros, aplicando-se, em caráter subsidiário, as normas procedimentais que versem sobre matérias especiais.

Comentário:

O Código de Processo Penal não normatiza todos os juízos e tribunais brasileiros.

Lei Processual Penal no Espaço
- A lei processual vigora em determinado lugar e em determinado momento .
- CPP/41. Art. 1º O processo penal rege-se-á, em todo o território brasileiro , por este Código, ressalvados :
I - os tratados , as convenções e regras de direito internacional ;
II - as prerrogativas constitucionais do Presidente da República , dos ministros de Estado , nos crimes conexos com os do Presidente da República , e dos ministros do Supremo Tribunal Federal , nos crimes de responsabilidade (Constituição, arts. 86, 89, § 2º, e 100); (Jurisdição Política)
III - os processos da competência da Justiça Militar (e também eleitoral);
IV - os processos da competência do tribunal especial (Constituição, art. 122, no 17);
V - os processos por crimes de imprensa . (Vide ADPF nº 130)

Gabarito: Errado.

(CESPE/PRF/2013)

02) Tratando-se de lei processual penal, não se admite, salvo para beneficiar o réu, a aplicação analógica.

Comentário:

No **Direito Processual penal** é **possível** a aplicação **analógica** tanto **contra** quanto **a favor do réu**. Já no **Direito Penal** não se admite, salvo para beneficiar o réu, a aplicação analógica.

Interpretação e Integração da Lei Processual
- CPP/41. Art. 3º A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica , bem como o suplemento dos princípios gerais de direito .
- Interpretação Extensiva : é a extensão do alcance do que diz a lei, sem violar o princípio da legalidade .
- Aplicação Analógica : É o mesmo que comparação . É uma forma de integração da lei penal que será utilizada quando não existir norma disciplinando determinado caso. Utiliza-se uma norma aplicável a outro caso.
- É possível utilizar o instituto da analogia quando os casos apresentarem: * Igual valoração jurídica ; * Circunstâncias semelhantes .
OBS : A analogia in malam partem pode ser aplicada, caso não existam lesões a conteúdos de natureza material (penal).
OBS : Os princípios gerais do Direito têm como uma de suas finalidades integrarem a lei , complementando as lacunas existentes .
A Lei processual penal admite interpretação extensiva e analógica , assim como o suplemento dos princípios gerais de direito.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/HCFMUSP/2015)

03) Quanto ao prazo para o encerramento do inquérito policial, é correto afirmar que o inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

Comentário:

Finalização do Inquérito Policial - Prazos
O inquérito finalizará de acordo com o CPP/41, no:
- Prazo de 10 dias , se o indiciado estiver preso em flagrante ;
- Prazo de 30 dias , se o indiciado estiver solto mediante fiança ou sem ela .
- CPP/41, Art. 10. O inquérito deverá terminar no prazo de 10 dias , se o indiciado tiver sido preso em flagrante , ou estiver preso preventivamente , contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão , ou no prazo de 30 dias , quando estiver solto , mediante fiança ou sem ela .
Finalização do Inquérito Policial – Exceções dos Prazos



Crimes de Competência da Justiça Federal

- * Prazo de **15 dias**, se o indiciado **estiver preso** em **flagrante**, prorrogável **por mais 15 dias**;
- * Prazo de **30 dias**, se o indiciado **estiver solto**;

Crimes da Lei de Drogas

- * Prazo de **30 dias**, se o indiciado **estiver preso** em **flagrante**, prorrogável por **mais 30 dias**;
- * Prazo de **90 dias**, se o indiciado **estiver solto**, prorrogável por **mais 90 dias**;

Crimes contra a economia popular

- * Prazo de **10 dias**, se o indiciado **estiver preso**;
- * Prazo de **10 dias**, se o indiciado **estiver solto**;

Crimes Militares

- * Prazo de **20 dias**, se o indiciado **estiver preso**;
- * Prazo de **40 dias**, se o indiciado **estiver solto**, prorrogável por **mais 20 dias**;

Gabarito: Correto.

(CESPE/PC-PE/2016)

04) O acesso aos autos do inquérito policial por advogado do indiciado se estende, sem restrição, a todos os documentos da investigação.

Comentário:

STF/Súmula 14

É direito do **defensor**, no interesse do representado, ter **acesso amplo** aos **elementos de prova** que, **já documentados em procedimento investigatório** realizado por órgão com competência de **policia judiciária**, digam respeito ao **exercício do direito de defesa**.

Gabarito: Errado.

(CESPE/TJ-CE/2014)

05) Não é permitida a intervenção do Ministério Público em processo de ação penal privada.

Comentário:

O MP atua em todas as ações penais. Sendo **ação pública**, ele atuará como **acusador e fiscal da lei (Custos legis)**, sendo **privada** atuará **apenas como fiscal da lei**;

Gabarito: Errado.

(CESPE/TJ-BA/2019)

06) No caso de crime praticado contra a honra de servidor público no exercício de suas funções, a vítima tem legitimação concorrente com o MP para ajuizar ação penal.

Comentário:

STF/Súmula 714

É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa, e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.

Gabarito: Correto.

(VUNESP/DPE-RO/2018)

07) Sobre os meios de prova, é correto afirmar que o juiz permitirá que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais se estas forem inseparáveis da narrativa do fato.

Comentário:

CPP/41. Art. 213. O juiz **não permitirá** que a testemunha manifeste suas apreciações pessoais, **salvo quando inseparáveis da narrativa do fato**. (Objetividade)

Gabarito: Correto.

(CESPE/TJ-SC/2019)

08) O descumprimento de qualquer das obrigações impostas a título de medida cautelar é causa suficiente para a decretação imediata de prisão preventiva.

Comentário:

Decretação de Medidas Cautelares

Antes da Lei 13.964/2019

Após a Lei 13.964/2019



CPP/41. Art. 282. § 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, de ofício ou mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante, poderá substituir a medida, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva (art. 312, parágrafo único).	CPP/41. Art. 282. § 4º No caso de descumprimento de qualquer das obrigações impostas, o juiz, mediante requerimento do Ministério Público, de seu assistente ou do querelante , poderá substituir a medida, impor outra em cumulação , ou, em último caso , decretar a prisão preventiva , nos termos do parágrafo único do art. 312 deste Código.
Sendo descumprida qualquer das medidas impostas, o juiz não poderá mais, de ofício , substituir a medida cautelar, impor outra em cumulação, ou, em último caso, decretar a prisão preventiva.	

Medidas Cautelares - Pressupostos
Necessidade de Aplicação da Lei Penal; (Requisito para Prisão Preventiva)
Preservação da Instrução Criminal; (Requisito para Prisão Preventiva)
Evitar a prática de infrações penais , em casos específicos.
Fumus Comissi Delicti: Prova da materialidade e Indícios de autoria ;
Periculum Libertatis: Risco que a liberdade plena do infrator gera.
OBS: Na fase Pré processual , conforme a Doutrina Majoritária, a prova da materialidade e indícios de autoria são indispensáveis , não podendo ninguém ser privado de quaisquer de seus direitos sem um mínimo de base fática.

Gabarito: Errado.

(VUNESP/PC-SP/2018)

09) No que se refere à comunicação dos atos processuais, julgue o item.

Existem três formas de citação: a real, a ficta e a editalícia.

Comentário:

Formas de Citação	
Real ou Pessoal	Ficta ou Presumida
Regra	Exceção
Realizada por Mandado, Carta Precatória, Carta de Ordem ou Carta Rogatória.	Realizada mediante Citação por Edital ou Hora Certa.

Gabarito: Errado.

(CESPE/MPE-PI/2018)

10) Tércio, servidor público federal em cargo de direção, foi denunciado pela prática de falsificação de documento público. O oficial de justiça não o localizou em sua residência, tendo citado o acusado em seu local do trabalho. Apesar de citado, Tércio não constituiu advogado e não apresentou defesa em juízo.

Nessa situação hipotética, inexistente qualquer razão para que o juiz determine a suspensão do processo e do prazo prescricional.

Comentário:

CPP/41, Art. 367: O processo **seguirá sem a presença do acusado** que **citado ou intimado pessoalmente** para qualquer ato, **deixar de comparecer sem motivo justificado**, ou, no caso de **mudança de residência**, **não comunicar o novo endereço ao juízo.**

Gabarito: Correto.